

## **Reflexões sobre o ProInfo: limites e desafios como política pública**

**Solange Sara pontes Teixeira**

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT), Lisboa-PT

solsara2@gmail.com

**Abstract** - *This article aims to present an analysis of the National Program of Technology (ProInfo), in a historical critical reflection from an approach of the program as Public Policy. As methodological procedimient, we proceeded to a document analysis, aiming to seize theoretical elements produced from studies, focusing on the following aspects: history of education and information soon in Brazil and ProInfo as public policy: contributions and challenges. Are taken as a based on the contributions of authors who research on the subject, they were also used documentary sources, such as laws, ordinance and decrees.*

**Keywords:** *Public policies; ProInfo; School.*

**Resumo.** *Este artigo tem o objetivo de apresentar uma análise do Programa Nacional de Tecnologia (ProInfo), numa reflexão crítica histórica, a partir de uma abordagem do Programa como Política Pública. Como procedimento metodológico, procedeu-se a uma análise documental, visando apreender elementos teóricos produzidos a partir de estudos realizados, com enfoque nos seguintes aspectos: breve histórico da educação e informática no Brasil e o ProInfo como política pública: contribuições e desafios. Tomaram-se como base as contribuições de autores que pesquisam sobre o tema e foram utilizadas fontes documentais, tais como: leis, portaria e decretos.*

**Palavras-chaves:** *Políticas públicas; ProInfo; Escola.*

## **Introdução**

A disseminação do uso de tecnologias digitais e a globalização das redes culturais e de conhecimento apresentam efeitos profundos nas formas de se apropriar das TIC e de utilizá-las socialmente, sobretudo na dimensão educacional, com a crescente cenarização dos processos de inovação na aprendizagem que, através de novos conhecimentos, precisamos incorporar e com os quais precisamos lidar em sala de aula, na concepção da educação para a sociedade digital. Nesse sentido, é inegável a visão de que a tecnologia vem assumindo espaços e ressignificando o mundo contemporâneo.

Essas transformações estão gestando uma nova razão que, em princípio, é incompatível com o atual sistema educacional, que permanece fechado, linear e vem sendo questionado interna e externamente à escola. Logo, o sistema educacional, seja por meio das reformas educacionais ou de mudanças nas práticas diárias de alunos e professores, sofre transformações e adaptações, na tentativa de acompanhar tais mudanças e desafios. Nesse sentido, a educação deve se apropriar pedagogicamente das ferramentas disponíveis e se nortear para construir novas ações educativas e implementar e adaptar as políticas públicas já existentes.

Este artigo apresenta uma análise do ProInfo e traz uma reflexão crítica e histórica, por meio de uma abordagem do Programa como Política Pública e seu contexto social, apontando seus aspectos legais, as contribuições e os desafios. Como procedimento metodológico, procedeu-se a uma análise documental, visando apreender elementos teóricos produzidos em estudos realizados, com enfoque nos seguintes aspectos: um breve histórico da educação e da informática no Brasil e o ProInfo como política pública: contribuições e desafios.

## **Breve histórico da Educação e da Informática no Brasil**

No início da década de 70, o Brasil iniciava os seus primeiros passos em busca de um caminho próprio para informatizar sua sociedade. Na perspectiva de garantir mais segurança e desenvolvimento para a nação, estabeleceu políticas públicas voltadas para a construção de uma indústria própria. Tais políticas condicionaram a adoção de medidas protecionistas adotadas pela área. Dessa forma, o Governo brasileiro deu origem à Comissão Coordenadora das Atividades de Processamento Eletrônico (CAPRE), à Empresa Digital Brasileira (DIGIBRÁS) e à própria Secretaria Especial de Informática (SEI). Não havia capital nacional envolvido na produção de equipamentos de informática, quer seja de forma independente, quer seja em associação com grupos estrangeiros. Também não havia qualquer política nacional de regulamentação do setor (Moraes, 1996). A IBM e a *Burroughs*, por exemplo, atuavam no país desde os anos vinte, comercializando produtos fabricados em outros países, sobretudo nos Estados Unidos.

No governo Sarney (1985-89), foi criado o Ministério de Ciência e Tecnologia, que elaborou o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, que visava garantir a continuidade do desenvolvimento científico e tecnológico. A informática contou com um plano específico - o I Plano Nacional de Informática e Automação (I PLANIN) (1986 a 1989), um órgão normativo – o Conselho Nacional de Informática e Automação (CONIN), e a SEI, que nasceu como órgão executivo do Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República, em plena época da ditadura militar.

Nesse contexto da ditadura militar, iniciaram-se as discussões sobre a inclusão da informática na educação. Mais uma vez, nos discursos governamentais, a posição da educação seria estratégica, visto que poderia alargar os campos de suporte da nova indústria nacional, na própria formação de mão de obra especializada e de consumo para as próximas décadas. Em decorrência de tal necessidade, nasceram as ações e os projetos educacionais da informática educativa brasileira.

Em 1979, a SEI – órgão responsável pela coordenação e execução da Política Nacional de Informática - efetuou uma proposta para os setores agrícola, de educação, saúde e industrial, visando viabilizar recursos computacionais em suas atividades. Em 1980, criou uma comissão especial de educação para colher subsídios, com o fim de gerar normas e diretrizes para a área de informática na educação.

A partir dos resultados de dois Seminários Nacionais de Informática em Educação, realizados, respectivamente, na Universidade de Brasília (UNB), em 1981, e na Universidade Federal da Bahia (UFB), em 1982 (Seminário Nacional de Informática na Educação 1 e 2, 1982), foram implantados centros-piloto de Informática em Educação em cinco universidades públicas.

O Projeto EDUCOM (1985-1991) destinava-se ao desenvolvimento de pesquisas e metodologias sobre o uso do computador como um recurso pedagógico. Seus principais objetivos eram de analisar a viabilidade de informatizar o ensino público brasileiro, testar diferentes linguagens de computador, adaptar a informática aos valores nacionais e desenvolver experiências com o uso de diversos programas com os alunos.

O MEC, em 1997, elaborou um programa de ação imediata em informática na educação, cujas ações foram a criação do projeto ‘Formação de Recursos Humanos em Informática na Educação’ (FORMAR) e o Centro de Informática na Educação (CIED). Um visava formar professores, e o outro, implantar centros de informática. Levantaram-se as necessidades dos sistemas de ensino, elaboraram-se políticas para o biênio 87-89 e estimulou-se a construção de softwares educacionais.

Nesse contexto, foi implantado, na Secretaria Geral do MEC, o Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE), lançado em 1989, para apoiar o desenvolvimento e a utilização das novas tecnologias de informática no Ensino Fundamental, no Médio, no Superior e na Educação Especial. Portanto, tanto o EDUCOM quanto o PRONINFE não chegaram às escolas de ensino básico e permaneceram no campo experimental em universidades, secretarias de educação e escolas técnicas.

Por meio da SEED, o MEC lançou o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo). Inicialmente, só vislumbrava usar o computador na educação. Contudo, com a expansão das novas tecnologias na sociedade, o governo federal viu a necessidade de adequar o ProInfo à nova realidade contemporânea.

### **O ProInfo como política pública: contribuições e desafios**

O ProInfo foi criado pela Portaria nº 522/MEC, de 9 de abril de 1997, do Ministério da Educação, para promover o uso pedagógico de Tecnologias de Informática e Comunicações (TIC) na rede pública de ensino fundamental e médio. Leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, os estados,

o Distrito Federal e os municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para usarem as máquinas e as tecnologias.

Devido à expansão das TIC, o Governo Federal viu a necessidade de adequar o ProInfo à nova realidade contemporânea. Para tanto, em 2007, o programa foi reformulado e passou de “Programa Nacional de Informática na Educação” para o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), instituído pelo decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. Além do nome, o programa alterou sua finalidade que, antes, previa o uso pedagógico da “informática”, e passou para “o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação na rede pública de educação básica”. No Decreto (2007, p.01), foram definidos seis objetivos para o programa, a saber:

I - promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais; II - fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação; III - promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa; IV - contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas; V - contribuir para preparar os jovens e adultos para o mercado de trabalho, por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e VI - fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais.

As ações de formação de professores e gestores escolares passaram a ser parte do ProInfo Integrado. No cerne dessa mudança, há uma perspectiva de centralizar as ações de formação, seus conteúdos e diretrizes, antes elaboradas e executadas com mais autonomia pelos NTE e pelos Núcleos de Tecnologia Municipal (NTM), em conformidade com as demandas de cada rede de ensino. Com a nova formatação, os NTE/NTM passaram a dar suporte somente aos cursos promovidos pelo programa.

Como já mencionado, o trabalho desenvolvido pelo ProInfo objetiva promover a inclusão digital de professores e gestores escolares das escolas de educação básica e da comunidade escolar e dinamizar e qualificar os processos de ensino e de aprendizagem, com vistas a melhorar a qualidade da educação básica. Com a finalidade de impulsionar a inclusão digital dos discentes, o MEC, em ação conjunta com as universidades brasileiras e com as redes de ensino municipais e estaduais, fomentou o uso pedagógico do *laptop* em sala de aula, através do Programa Um Computador por Aluno (PROUCA), cujo objetivo foi de disseminar formas inovadoras de usar a tecnologia nas escolas públicas, por meio do emprego do *laptop* em sala de aula e fora dela.

De acordo com Kenski (2007), a utilização de computadores em sala de aula deve contribuir para que professores e alunos sejam colaboradores e utilizem os recursos multimidiáticos em conjunto para buscar e trocar informações, criando um novo espaço significativo de ensino-aprendizagem em que ambos aprendam. Segundo Almeida (2013, p. 20), o uso do *laptop*, no projeto UCA, proporciona diversos ganhos à prática pedagógica, que incluem “pesquisa de informações em distintas fontes, o uso de recursos de multimídia, a produção de textos com o uso de palavras, imagens, áudios e vídeos e o uso de jogos.”. Entretanto, como observam Maia e Barreto (2012), disponibilizar computadores é relevante para a inclusão digital, no entanto, há de se investir na formação do professor, a fim de possibilitar a criação de ambientes significativos de aprendizagem.

Entretanto, em relação à capacitação oferecida pelo programa, é pautada na fragmentação do trabalho, uma característica comum à economia capitalista. A fragmentação se efetiva no desmembramento do curso em módulos ou, ainda, na segregação dos conteúdos - os técnicos e os pedagógicos. Maia e Barreto (2012, p. 58) asseveram que “as políticas públicas asseguram a universalização da instalação dos aparatos, mas ainda não contemplam, de maneira satisfatória, a formação docente”. Entretanto, essas formações têm sido utilizadas como uma mera estratégia para consolidar os fins propostos por outras áreas, em especial, a econômica e a técnico-científica.

Como observam Echalar e Lima (2015, p. 14), “o discurso de inclusão digital presente nos documentos oficiais do PROUCA, em dissertações e teses, evidencia um processo de inclusão excludente, já que não promove a superação de uma condição de alienação da classe trabalhadora”. Assim, a inclusão digital é pouco efetiva, porquanto defende o acesso à tecnologia e à informação em detrimento de uma política social devidamente articulada com a realidade.

### **Considerações finais**

Ao longo desses anos de história no país, os principais objetivos da informática e ações e os projetos educacionais da informática educativa brasileira têm sido voltados para informatizar a sociedade, formar recursos humanos de que essa sociedade informatizada necessita para funcionar e potencializar o desenvolvimento econômico do país. O sistema educacional brasileiro tem sido utilizado como uma mera estratégia para consolidar os fins propostos por outras áreas, em especial, a econômica e a técnico-científica.

Na análise sobre o ProInfo, percebem-se seus limites como uma política pública que visa contribuir com a inclusão digital de professores, gestores e a comunidade escolar. No sentido de acomodação, que marca as diversas políticas sociais, a capacitação tecnológica é vista como uma estratégia para melhorar a qualidade do ensino e desenvolver habilidades técnicas para inserir as pessoas no mercado de trabalho, sem questionar o modelo social que se tornou hegemônico.

A inclusão digital apresenta esse fim, sem discutir sobre as perspectivas que há por trás desse movimento social. Bonilla (2010: 44) refere que, para “transformar a escola num lócus de inclusão digital, não basta o acesso às TIC (embora esse seja fundamental, e necessário ser de qualidade!), precisamos investir na democratização do uso e na formação dos sujeitos sociais, em especial, dos professores”. Nessa perspectiva, os sujeitos (professores e alunos) deverão se apropriar das dinâmicas da web 2.0, numa perspectiva de produzir conteúdos e colaborar com a autoria e coautoria dos sujeitos no mundo digital.

O ProInfo tem sido implementado de forma fragmentada e descontínua. Apesar de os objetivos serem amplos, as estratégias sempre foram limitadas. A maioria das escolas públicas enfrenta dificuldades de ordem estrutural, pedagógica e tecnológica. Apesar das implicações macroestruturais de uma política federal, são as incompletudes, os tensionamentos e os contrastes entre as proposições e os direcionamentos oficiais e os contextos de concretização das políticas educacionais que se configuram como um campo profícuo para investigar a complexidade dessas políticas.

## Referências bibliográficas

- Almeida, M. E. B. (Coord.). (2013). “O currículo da escola do Século XXI – integração das TIC ao currículo: inovação, conhecimento científico e aprendizagem”. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, CNPq. Relatório técnico científico.
- Bonilla, M. H. S. (2010). “Políticas públicas para inclusão digital nas escolas”. Revista Motrivivência Ano XXI. p. 40-60 Jun./2010- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <https://www.rbcdh.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/17135/15840>, consultado em 08.06.2015.
- Brasil. (1997). Secretaria de Educação a distância. “Programa Nacional de Informática na Educação: ProInfo” diretrizes. Brasília, DF: MEC/ SEED, 1997c. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/proinfo\\_diretrizes1.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/proinfo_diretrizes1.pdf), consultado em 10.06.2015.
- Brasil. (1997). “Portaria nº 522 de 09 de abril”. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001167.pdf>, consultado em 10.06.2015.
- Brasil (2007). “Decreto 6.300, de 12 de dezembro”. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm), consultado em 02.07.2015.
- Echalar, A.D.L.F. & Lima L. C. S. (2015). “A pesquisa acadêmica sobre o Programa Um Computador por Aluno no Brasil: o que dizem as dissertações e teses”. Disponível em: [http://www.rio2015.esocite.org/resources/anais/5/1440807789\\_ARQUIVO\\_Esocite-textocompleto-EchalareLima.pdf](http://www.rio2015.esocite.org/resources/anais/5/1440807789_ARQUIVO_Esocite-textocompleto-EchalareLima.pdf), consultado em 15.01.2016.
- Kenski, V. M. (2007). “Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação”. 4. ed. Campinas: Papirus.
- Maia, D. L & Barreto, M. C. (2012). “Tecnologias digitais na educação: uma análise das políticas públicas brasileiras”. Educação, Formação & Tecnologias, vol. 5 Disponível em: <http://eft.educom.pt/index.php/eft/article/viewFile/213/156>, consultado em 18.04.2016.
- Moraes, R. A. (1996). “A Política de informática na educação brasileira: do nacionalismo ao neoliberalismo”. Campinas, 1996, tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Unicamp. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000114823&fd=y>, consultado em 02.06.2015.